

Ata da 233ª Reunião Extraordinária do Conselho Pleno do CFESS ocorrida por meio online, no período de 15 a 18 de outubro de 2020, Gestão 2020-2023 – Melhor ir à luta com raça e classe em defesa do Serviço Social.

1 No dia quinze de outubro de dois mil e vinte, reuniram-se virtualmente por meio de
2 plataforma institucional do Cfess de forma excepcional devido ao contexto das medidas
3 sanitárias para contenção da Pandemia do COVID-19, as conselheiras constantes da lista de
4 presença em livro próprio, para participarem da 233ª Reunião Extraordinária do Conselho
5 Pleno, conforme convocação, por meio da Comunicação Interna Cfess nº 46, de primeiro de
6 outubro de dois mil e vinte. Participaram durante os dias de reunião de Conselho Pleno as
7 Conselheiras Elizabeth Borges, Maria Rocha, Kelly Melatti, Francieli Borsato, Dácia Teles,
8 Daniela Möller, Lylia Rojas, Priscilla Cordeiro, Alessandra Dias, Eliane Pelaez, Carla Pereira,
9 Mauricleia Santos, Agnaldo Knevez, Dilma Franclin, Ruth Bittencourt, Eunice Damasceno.
10 Ausências justificadas das conselheiras: Emilly Marques e Kênia Figueiredo. Estavam
11 presentes no primeiro dia as assessoras especiais: Cristina Abreu e Zenite Bogéa; as
12 assessoras/e jurídicas/o Erika Medeiros, Sylvia Terra e Vitor Alencar; os assessores de
13 comunicação: Rafael Werkema e Diogo Adjuto e a Coordenadora Sandra Sempé. A
14 conselheira presidente deu as boas-vindas a todos/as os/as presentes (conselheiras/o e
15 assessorias), comunicou que a pauta havia sido pensada com foco no planejamento coletivo
16 da agenda da entidade, e parabenizou os/as trabalhadores/as por estarem presentes o que
17 demonstra forte compromisso com o processo de debates e construção da entidade. Em
18 seguida foram repassados os informes aos presentes: o primeiro deles tratou da reunião com o
19 conselho editorial da Revista Serviço Social e Sociedade realizada no dia cinco de outubro de
20 dois mil e vinte com a presença da conselheira do Conselho Federal de Serviço Social - Cfess,
21 representantes da Associação Nacional de Ensino e Pesquisa em Serviço Social - Abepss,
22 conselheira do Conselho Regional de Serviço Social - CRESS São Paulo (Nicole Barbosa de
23 Araújo) e representante do Serviço Social no Conselho Nacional de Desenvolvimento
24 Científico e Tecnológico – CNPQ. Realizado debate sobre as dificuldades de sustentação da
25 revista e estratégias para seu fortalecimento. Dentre as quais a publicação virtual; 25% de
26 publicação em outra língua, (especialmente inglês e espanhol); os autores terão que contribuir
27 para a sustentação da revista; realização de mobilização para categoria continuar publicando
28 artigos e articulação com outros países. Em seguida foi informado que as respostas relativas
29 aos questionamentos do Tribunal de Contas da União-TCU sobre benefícios assistenciais e
30 beneficiários, já foram elaboradas e encaminhadas pelo email para apreciação das/o
31 conselheiras/o para deliberação na sessão do Pleno de sábado. Outro informe foi referente a
32 luta contra a Reforma Administrativa, pois ocorrerá uma série de eventos e manifestações
33 contrárias a proposta apresentada pelo governo que afetará a prestação de serviços à
34 população e não apenas aos trabalhadores. Por isto, devemos ficar atentas às mobilizações das
35 centrais sindicais, importante o Pleno discutir e ver como contribuir. Por fim, na pauta de
36 informes iniciais o assessor jurídico Vitor Alencar solicitou a palavra e deu a conhecer o
37 recebimento de intimação para manifestação do Cfess em ação judicial interposta por
38 integrantes da Chapa 2, que concorreria, mas que teve seu pedido de inscrição indeferido para
39 as eleições do Cfess. Os impetrantes questionam a imparcialidade da Comissão Nacional
40 Eleitoral (CNE) e pediam sua desconstituição. A resposta formulada pelo Assessor Jurídico
41 será protocolada no dia seguinte. Dando continuidade as conselheiras que integrantes da

42 Comissão Organizadora da Plenária Nacional apresentaram um breve relatório do processo de
43 organização e sistematização dos dados das avaliações das/os participantes da referida
44 Plenária. Apontaram que a maior parte das avaliações indicaram que a plenária online foi
45 muito boa. As avaliações dos participantes também destacaram os debates realizados nas
46 webmesas, sobretudo na que abordou a questão das tecnologias da informação e o Serviço
47 Social e também a webmesa que trabalhou sobre os desafios do planejamento coletivo para o
48 conjunto Cfess Cress. Sobre a metodologia a maioria dos participantes achou ótima, tecendo
49 algumas sugestões e pedidos de mais tempo para os debates. A comissão organizadora
50 destacou o desafio muito grande em realizar um evento online, inclusive em função da
51 alteração da empresa, sendo que esta foi a primeira experiência de trabalho conjunto. Que
52 trabalhar com uma comissão organizadora online também foi muito desafiador. Além disso,
53 outra dificuldade apontada pela Comissão Organizadora foi que não houve desta vez a
54 participação de um Cress para dividir as tarefas. Em seguida foi aberta a palavra as/ao
55 conselheiras/o para avaliação do espaço de construção coletiva do conjunto Cfess/Cress,
56 tendo sido esta a primeira experiência virtual. Foi dado destaque ao curto espaço de tempo e
57 ao compromisso com o processo democrático e compreensão dos conselhos regionais em
58 relação ao momento que vivemos e dificuldades em realizar algo novo, online, com a
59 dimensão de um processo nacional. As manifestações também ressaltaram que a atividade foi
60 exitosa, embora possa sofrer ajustes e aprimoramentos. E que a organização assegurou que os
61 debates pudessem ocorrer, que a metodologia se mostrou acertada, com densidade nas
62 discussões temáticas e busca pelo consenso sem que houvesse esvaziamento do conteúdo. A
63 experiência de contratação dos digitadores nos eixos temáticos foi acertada. As coordenações
64 dos eixos e mesas também foram avaliadas positivamente, pois asseguraram boa condução
65 dos trabalhos. Quanto à comissão organizadora houve indicativos da necessidade de dividir
66 melhor as tarefas e também da necessidade de revezamento dos membros nas próximas
67 comissões. Como encaminhamentos, foi deliberado o rodízio das comissões organizadoras
68 para os próximos Encontros ou Plenária Nacional e disponibilizar no site os informes sobre os
69 eventos realizados. Em seguida a agenda consensuada na Plenária Nacional para o triênio e os
70 patamares de anuidade foram apreciados. Apresentada minuta do relatório com os eixos,
71 eventos nacionais, composição de Grupos de Trabalhos - GTs e a Carta da Plenária. Tendo
72 sido **aprovados. Encaminhamento:** tomar as providências cabíveis para publicação da
73 Resolução com patamares máximo e mínimo da anuidade, conforme consensuada na Plenária.
74 Aprovado relatório das propostas consensuadas na Plenária e envio do relatório no dia
75 seguinte para os Conselhos Regionais, bem como publicação no site. Antes do encerramento
76 dos trabalhos do dia, foi realizada informação referente a convite realizado pelo Cress
77 Maranhão para participação em uma mesa, indicada a conselheira Eunice Damasceno para
78 representar o Cfess. No dia dezesseis de outubro de dois mil e vinte a reunião teve início com
79 a leitura das Atas da 227ª reunião ordinária, no dia trinta de maio de dois mil e vinte, que foi
80 aprovada. Em seguida apresentada a ata da 230ª reunião ordinária realizada entre os dias nove
81 a doze de julho de dois mil e vinte, aprovada. E a ata da 232ª reunião ordinária, realizada de
82 dezessete a vinte de setembro de dois mil e vinte de setembro de dois mil e vinte, aprovada.
83 Na sequência foi realizada a avaliação da Consulta Pública pelos participantes. De modo
84 geral, os participantes se manifestaram positivamente sobre a Consulta Pública, avaliaram que
85 ela se mostrou como um instrumento importante de aproximação com a categoria e que deve
86 ser mantido. No entanto, foram apontadas questões de aprimoramento para ampliação da
87 participação, tendo sido considerado que o texto para opinar era extenso e com repetições. A

88 comissão organizadora apontou que além de ser a primeira experiência, o instrumento foi
89 utilizado no contexto dos Encontros Descentralizados e Plenária Nacional, que também
90 ocorreram neste período, de forma online. Além disso, ressaltou em relação ao calendário
91 proposto, o curto espaço de tempo para realização de todas as etapas. Na avaliação dos/as
92 participantes compareceu ainda que a Consulta Pública não apenas permitiu a categoria
93 opinar, mas também a visibilidade da agenda de lutas do conjunto Cfess Cress. Foi também
94 destacado que apesar de a amostra da participação parecer pouca, haja vista que de um
95 universo de quase 200 mil assistentes sociais foram inseridos no documento comentários de
96 438 (quatrocentos e trinta e oito) participantes, deve ser considerado que outros meios de
97 participação também tem mostrado suas limitações, como foi, por exemplo, o processo de
98 recadastramento das/os profissionais. O que demonstra os enormes desafios existentes para a
99 aproximação com a categoria, ao mesmo tempo em que se constitui uma necessidade. De todo
100 modo, as avaliações consideraram interessante esse instrumento da consulta pública com
101 indicação de utilização em outros momentos independente da pandemia, como forma de
102 possibilitar maior participação da categoria. E ainda que a gestão deve avaliar, com base nos
103 elementos destacados no debate, a utilização da Consulta Pública nas etapas de
104 monitoramento e avaliação. Além da necessidade de dialogar com os conteúdos que
105 compareceram que são indicadores para direcionar ações a serem implementadas,
106 assegurando a direção política das entidades do Conjunto. Quanto mais compreender os
107 anseios e a forma como a categoria se manifesta, mais próximo de dimensionar o tamanho dos
108 desafios que temos, pensar estratégias, considerando os projetos societários em disputa,
109 pensar diversas estratégias, na comunicação, nas representações, em diálogo com as respostas
110 que obtivemos. A consulta se colocou como uma possibilidade para o Conselho. Ao final
111 foram deliberados os seguintes **encaminhamentos**: que as comissões façam um balanço dos
112 conteúdos decorrentes em cada eixo temático de forma que possam balizar ações futuras com
113 vistas à execução das propostas e voltar a discutir no pleno de fevereiro 2021, com base nas
114 análises e tirar encaminhamentos. Bem como indicar formas para dar continuidade às
115 análises, considerando o desafio de chegar na base da categoria na perspectiva da direção
116 crítica que tem sido majoritária na direção dos conselhos. Encerrado este ponto de pauta, foi
117 apresentada a situação referente as eleições das Seccionais que não obtiveram quorum no
118 primeiro pleito. E foi aprovada a **homologação da ata Comissão Nacional Eleitoral (CNE)**
119 que apresentou a situação referente ao recurso da chapa para a Seccional de Campinas/SP, que
120 não atingiu o quorum em segunda convocação. O recurso foi protocolado na Comissão
121 Regional Eleitoral - CRE/SP, no devido prazo. Recurso indeferido. Na sequência houve
122 recuso à Comissão Nacional Eleitoral - CNE, que manteve a decisão de indeferimento com
123 base na Manifestação Jurídica n. 91-V. **Como deliberação foi referendada a decisão da**
124 **CNE** em relação à improcedência do recurso. E como **encaminhamentos** foram aprovadas as
125 seguintes providências **para a 3ª eleição extraordinária**: 1. Elaboração do edital /
126 Cronograma para a 3ª Convocação em caráter extraordinário para a Seccional de Campinas; 2.
127 Composição da CNE: Permanecer a mesma composição da anterior, com as conselheiras Ruth
128 e Carla; as demais componentes da base serão consultadas para verificar a disponibilidade de
129 continuarem na composição; 3. Processo licitatório para contratação de empresa para
130 operacionalização do voto online, devido à empresa anterior não ter mais interesse em
131 continuar o processo; CPL verificará com Wesley Lagares sobre os requisitos de Tecnologia
132 da Informação - TI. Dando continuidade, foi aberto ponto para apresentação da pauta das
133 Comissões, sendo dada a palavra a coordenadora da Comissão Administrativo Financeiro que

134 apresentou a Resolução 957/2020 (Ad referendum) referente a gratificação dos integrantes da
135 CPL. O Conselho Pleno referendou a aprovação *ad referendum* da referida Resolução. Foi
136 passada então a palavra a Comissão de Comunicação que apresentou os elementos referentes
137 a decisão referente a distribuição das agendas 2021. **Deliberado que apesar da**
138 **excepcionalidade do momento, a venda das agendas continuará sendo por meio dos**
139 **Cress.** Como **encaminhamentos:** enviar ofício aos Cress solicitando o quantitativo; com base
140 nas respostas será iniciado o processo de licitação; encaminhar para Comissão Permanente de
141 Licitação - CPL, incluindo a impressão e envio diretamente pela gráfica para os Cress. Além
142 disso, a comissão informou que a editoração da agenda se encontra em processo de revisão
143 dos textos; o assessor de comunicação Rafael Werkema iniciará o processo de construção do
144 projeto gráfico na próxima semana. Devido à característica desse trabalho que requer uma
145 maior dedicação dos assessores, foi indicado que outras tarefas que venham a ser
146 encaminhadas aos assessores de comunicação devem ser restritas ao extremamente necessário
147 nesse período. Ficou estipulado que a previsão de entrega do produto aos Cress será em
148 janeiro/2021. O valor de venda somente poderá ser definido a partir da informação dos Cress
149 em relação ao quantitativo. O prazo para retorno dos Cress sobre o quantitativo de agendas
150 será até vinte e oito de outubro de dois mil e vinte. Caso não haja resposta do Cress sobre a
151 quantidade será considerado o mesmo número encaminhado em dois mil e vinte.
152 **Encaminhamentos:** 1. Envio de Ofício aos Cress, consultando sobre a quantidade de
153 agendas; 2. Continuar os estudos sobre e-commerce com perspectiva de utilizar essa
154 modalidade de comercialização em 2021; 3. A comissão de comunicação também avaliará o
155 cronograma de execução da agenda para planejar com tranquilidade todas as providências
156 necessárias, desde a escolha do tema, produção, licitação, distribuição; 4. A comissão
157 discutirá um momento de lançamento da agenda. A Comissão de Ética e Direitos Humanos se
158 colocou à disposição para pensar esse momento do lançamento. Em seguida falou a
159 coordenadora da Comissão de Formação Profissional. Iniciou apresentando os informes e
160 indicando que foi considerada positiva a participação das representações do “Fórum Nacional
161 de Formação e Trabalho com qualidade em Serviço Social” na Plenária Nacional do Conjunto
162 Cfess/Cress, desde as Reuniões Descentralizadas. Informou ainda que ocorreu reunião do
163 Fórum Nacional de Formação e Trabalho com qualidade em Serviço Social no dia seis de
164 outubro de dois mil e vinte com participação das conselheiras Ruth Bitencourt e Elizabeth
165 Borges. Na reunião prevaleceu a preocupação em avaliar o processo de descentralização dos
166 Fóruns Regionais. Para este ano devem acontecer atividades regionais das regiões sul e
167 sudeste, permanecendo como a meta a continuidade do processo de regionalização. Além
168 disso ocorrerão os Ciclos regionais de debates – formação em foco com debates voltados ao
169 Estágio; Residência em Saúde - Congresso Rede Unida e live sobre Residência em Saúde no
170 projeto ABEPSS ao vivo. Em relação a Plenária Nacional do Fórum que ocorrerá em
171 dezoito de novembro a programação será a seguinte: 1) Mesa sobre Estágio e Supervisão; 2)
172 Mesa sobre Residência multiprofissional em Saúde; 3) Mesa sobre Organização e agenda
173 política do Fórum - sucessão da coordenação nacional do Fórum. **Encaminhamentos**
174 **aprovados:** 1. Reunião com as comissões de formação dos CRESS – dia vinte e oito de
175 outubro de dois mil e vinte, às quinze horas pelo google meet. Inserção da comissão de
176 formação na Plenária Nacional do Fórum. Na sequência a coordenadora Ruth Bitencourt
177 informou que em relação ao tema do Estágio supervisionado remoto emergencial foi realizada
178 apresentação do texto sobre Supervisão de Estágio e Autonomia Profissional em reunião
179 ocorrida em trinta de setembro de dois mil e vinte que contou com a participação de membros

180 da Comissão de Ética e Direitos Humanos e da Comissão de Orientação e Fiscalização. Foi
181 também encaminhado convite para ex-conselheiras(o) do Cfess: Elaine Behring, Maurílio
182 Matos, Juliana Melim, Tânia Godoi e Erlenias Sobral (justificaram suas ausências: Joaquina
183 Barata, Esther Lemos, Ivanete Boschetti e Sâmia Ramos). Resultados das discussões: houve
184 sugestões a serem referenciadas no texto; deixar mais nítido a questão da não flexibilização
185 das normativas e compromisso ético-político profissional em relação à incompatibilidade da
186 supervisão remota de estágio. Foi debatido no pleno ainda que a publicação do texto deve ser
187 avaliada em relação ao desenvolvimento da situação da Pandemia, sua evolução ou
188 possibilidade de retorno as atividades presenciais. O texto deve neste momento retornar à
189 Comissão de formação profissional para reforçar alguns pontos considerados fundamentais.
190 Encaminhamento: Pautar o texto sobre Supervisão e autonomia profissional no pleno de
191 novembro de dois mil e vinte. Realizado ainda Informe da 5ª Edição do projeto ABEPSS
192 Itinerante; Lançamento na live com a participação da presidência do Cfess. O projeto conta
193 com Termo de fomento entre Cfess e Abepss. Foi realizada prestação de contas já recebida e
194 conferida pela tesouraria; também houve Manifestação Jurídica e está em andamento a
195 Manifestação da Fiscal do Contrato (de responsabilidade da assessora especial Cristina
196 Abreu). Em relação a realização do projeto, as inscrições foram recebidas até dia vinte e
197 quarto de setembro a quatro de outubro de dois mil e vinte. Total de inscrições Inscritos: 2222
198 inscritos, sendo 362 na região norte; 609 na região nordeste; 276 na região centro-oeste; 276
199 na região leste; 231 na região sul I; 351 da região sul II. Na sequência foram apresentados os
200 pontos da Comissão de Relações Internacionais. Repassado o informe referente a realização
201 da reunião no dia trinta de setembro de dois mil e vinte sobre a representação na América
202 Latina e na Federação Internacional de Trabalhadores Sociais - FITS e outras companheiras
203 que já estiveram nessa representação (Elaine Behring, Maurílio Mattos, Esther Lemos, Tania
204 Diniz), cujo objetivo é pensar/avaliar esse eixo de forma ampliada visando acumular
205 conhecimentos e estratégias políticas já vivenciadas para definir nossa inserção nos próximos
206 dois anos. Encaminhamento: constituído o grupo externo que se agregará à comissão do Cfess
207 para essa discussão e montar o planejamento para os próximos dois anos. Previsão de nova
208 reunião para o planejamento da comissão ampliada em novembro, com nova dinâmica da
209 comissão e participação de outras pessoas que não puderam estar na reunião, como Joaquina
210 Barata, Ivanete Boschetti e Sâmia Bonfim. Ao final da pauta do dia a conselheira Mauricleia
211 Soares solicita inserção do ponto de pauta: necessidade de organizar o fluxo de atendimento
212 aos convites que chegam ao Cfess. Os convites devem ser analisados sob a perspectiva
213 política e de disponibilidade da conselheira (quando for direcionado) ou de outra/outro
214 conselheira/o. Mas, é preciso que aqueles convites que cheguem com antecedência sejam
215 deliberados no Pleno. Indicação de conselheiras/o para dar a resposta final de aceite ou não e
216 orientar a secretaria. Os convites devem circular para todas/os e demandam respostas de
217 aceite ou impossibilidade. A conselheira Dacia Teles fica responsável por orientar Sandra
218 Sampé nas respostas. Durante o próximo mês funcionará da forma proposta por Dácia Teles.
219 E o tema deverá ser pautado na reunião da executiva. Diferenciar quando o convite é
220 direcionado a determinada/o conselheira/o ou quando vem para a entidade Cfess; neste caso,
221 deverá ser avaliado o conteúdo a partir da posição da entidade. No dia dezessete de outubro de
222 dois mil e vinte, além das ausências das conselheiras Emilly Marques e Kenia Figueiredo, a
223 conselheira Kelly Melatti também justificou sua ausência. A pauta foi aberta com o debate
224 referente as demandas advindas do Tribunal de Contas da União e Ministério Público em
225 relação a posicionamentos do Cfess frente ao desmonte da estrutura do INSS e as implicações

226 na restrição de acesso aos direitos previdenciários e assistenciais. O tema é introduzido pela
227 conselheira Elaine Pelaez, indicando que estes órgãos de controle não podem ser considerados
228 neutros; suas decisões, formalizadas nas normas, têm caráter político que geram impactos
229 sobre movimentos e/ou entidades que defendem os direitos da classe trabalhadora. Nestes
230 termos reafirma que é preciso ressignificar as requisições e respondê-las, agregando
231 conteúdos que expressem nossas posições. Bem como imprimir a concepção de orientação e
232 fiscalização que vimos imprimindo às ações do Conjunto que é maior do que a concepção
233 formal, posto que concebida coletivamente pelo Conjunto e que responde à realidade
234 concreta, tendo como pressupostos os princípios éticos-políticos profissionais do Serviço
235 Social. Importante ainda afirmar e demonstrar sempre os nossos compromissos com a
236 transparência, lisura e responsabilidade com a “coisa pública”, que em última análise,
237 corresponde à qualidade dos serviços prestados à sociedade. Em seguida a assessora Erika
238 Medeiros explica como é realizada a composição do Tribunal de Contas da União: são nove
239 componentes, sendo três indicados pelo Presidente da República e seis pelo Congresso
240 Nacional. Apesar da existência de critérios, estes deixam uma ampla de margem de
241 discricionariedade nas indicações, o que vem a formar um determinado perfil.
242 Complementando, o assessor Vitor Alencar, explica que o Tribunal de Contas não é estrutura
243 do judiciário; é um órgão de controle que tem protagonismo político-institucional na
244 conformação do Estado brasileiro. E afirma que o Conjunto Cfess/ Cress tem procedimentos
245 que expressam a tradição de controle na utilização de recursos públicos; de combate aos
246 desvios e apropriações indevidas, reafirmando a defesa da transparência, democracia e outros
247 valores inerentes ao projeto ético político profissional. A assessora Sylvia reforça as
248 colocações anteriores, exemplificando situações ocorridas ao longo da trajetória do Cfess, a
249 exemplo da Resolução que isenta o pagamento de anuidade por assistentes sociais a partir de
250 60 anos. Explica que inicialmente o Tribunal de Contas da União se manifestou
251 contrariamente através do entendimento de que tal decisão estaria comprometendo a
252 arrecadação do tributo, caracterizando renúncia de receita. Naquele momento, o Cfess se
253 utilizou de argumentos que coadunavam com as defesas de direitos das pessoas idosas e das
254 legislações pertinentes. No debate, manifestaram-se conselheiras e conselheiro, entendendo
255 que a discussão é fundamental para que se possa atuar na estrutura do Estado, porém
256 utilizando mecanismos democráticos para expressar os nossos posicionamentos em defesa da
257 sociedade, que é a função dos conselhos: defesa da qualidade dos serviços prestados. Indicado
258 ainda a importância de inserir essa discussão no âmbito dos Cress. Encaminhamento:
259 Discussão sobre o Estado como ponto central. Proposta de tema de próximo debate:
260 Conselhos na estrutura do estado – amadurecer internamente. Oportunizar que esse debate
261 inclua o diálogo com os Cress. Discutir o formato a partir do planejamento das comissões.
262 Encerrado este ponto, foi dado início a apresentação referente às diretrizes para o
263 Planejamento. A conselheira Elizabeth Borges inicia tecendo comentários sobre o
264 planejamento do Cfess, fazendo uma correlação com a sistemática de elaboração dos
265 orçamentos na esfera pública e os respectivos ciclos: Plano Plurianual (PPA), a Lei de
266 Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA). Em seguida o Grupo de
267 Trabalho - GT, composto pelas conselheiras Elizabeth Borges, Carla Pereira e Dácia Teles,
268 apresentou a proposta elaborada para orientar o planejamento do Cfess para 2021, com base
269 na discussão feita com o assessor contábil e nas orientações do Tribunal de Contas da União.
270 São apresentados os projetos já existentes em cada Centro de Custos, assim como um
271 formulário elaborado pelo Grupo de Trabalho. Afirmando-se a necessidade de o planejamento

272 ser pensado de forma integrada entre as várias áreas, tendo como pressupostos os objetivos
273 estratégicos e a interface entre as ações das comissões. O Relatório do TCU instrui quanto ao
274 modelo de funções finalísticas; as demais ações não estão definidas enquanto um modelo.
275 Apresentação do debate realizado na executiva para orientar a elaboração do planejamento.
276 Ação precípua se desdobra em 3 dimensões: I. Defesa das prerrogativas da profissão; II.
277 Defesa da ética profissional; III. Defesa do projeto ético-político. Define-se como Áreas
278 finalísticas: Orientação e Fiscalização; Registro e Normatização; Ética e direitos humanos;
279 Seguridade Social; Formação Profissional; Relações Internacionais. Áreas meio:
280 Comunicação; Adm-financeira. Área Relações institucionais: Apoio aos Cress; Controle
281 interno e externo (Conselho Fiscal, Comissão Especial). Na sequência foi realizado debate
282 acerca da compreensão do significado das atividades finalísticas e atividades meio.
283 Encaminhamento: Cada comissão trabalhará as propostas aprovadas na Plenária Nacional,
284 agregando também outras ações advindas do cotidiano da entidade e aquelas inseridas no
285 programa da gestão. Fica pactuado que as comissões entregarão seus apontamentos
286 (preenchimento no formulário) ao Grupo de Trabalho até cinco de novembro de dois mil e
287 vinte; o Grupo de trabalho tem até quinze de novembro para sistematização das propostas;
288 será realizada reunião geral em dezoito de novembro com vistas à aprovação final no Pleno de
289 vinte e sete e vinte e oito de novembro de dois mil e vinte. Tendo sido encerrado o período de
290 reunião na parte da manhã. Ao retornar no período da tarde, a conselheira Kelly Mellati
291 voltou a se incorporar as discussões, fazendo-se presente. A reunião teve início com
292 apresentação e aprovação da ata referente a 230ª Reunião Ordinária, ocorrida entre os dias
293 nove e doze de julho de dois mil e vinte. Na sequência foi aberto debate referente as
294 comissões que ainda não haviam apresentado seus pontos de pauta. Inicialmente a
295 coordenadora Elaine Pelaez, da comissão de seguridade social apresentou ponto referente a
296 requisição do Ministério Público Federal e do Tribunal de Contas da União ao Cfess sobre
297 benefícios assistenciais e previdenciários. Informou que foi realizada reunião dia dez de
298 outubro de dois mil e vinte, para discussão e definição das respostas às duas requisições, com
299 a participação de Elaine Pelaez, Maria Rocha, Érika Lula, Zenite Bogéa, Lylia Rojas, Priscilla
300 Cordeiro e Elizabeth Borges. Ausências justificadas: Alessandra Dias e Cristina Abreu.
301 Contexto da demanda do Tribunal de Contas da União: A requisição surge de representação
302 do Conselho Nacional de Justiça - CNJ ao Tribunal de Contas da União - TCU, com base nos
303 processos judiciais represados. A representação do CNJ se dirige ao Instituto Nacional de
304 Seguro Social - Inss, ao Conselho Federal de Medicina – CFM e à secretaria onde estão os
305 peritos do Inss. O Cfess não está no pólo processual e não tem pedido do CNJ direcionado
306 diretamente a entidade. Mas no texto da representação é feita referência à nota do Cfess sobre
307 determinação do CNJ acerca de perícia virtual, contrária que se chama de perícia virtual feita
308 por assistentes sociais. O escopo da demanda em questão é a concessão de benefícios
309 previdenciários e Benefício de Prestação Continuada-BPC/Lei Orgânica da Assistência
310 Social- Loas. E o ponto central é que o atendimento nas agências do Inss foi suspenso na
311 modalidade presencial, assim como as perícias, ocasionando o represamento da concessão de
312 benefícios e ações judiciais de usuárias/os. E nesse contexto estão as recusas dos peritos em
313 fazer perícia por meio eletrônico. Recusa que é respaldada pelo Conselho Federal de
314 Medicina. O Tribunal de Contas da União aponta que a continuidade do represamento da
315 demanda causaria danos ao erário. Então, no decorrer da representação o Cfess é mencionado
316 e a não realização das perícias socioeconômicas. Percebe-se preocupação com o erário e
317 custos. Termos formulados para a resposta: acrescentar que o represamento da concessão dos

318 benefícios tem sido um problema histórico no Inss decorrente da precarização da estrutura de
319 pessoal e é anterior ao contexto da Pandemia, demarcando a conjuntura mais ampla de
320 ataques a previdência social e desigualdade digital (situação anterior e histórica, limites do
321 Inss digital, concurso público necessário há anos - vide ações judiciais sobre o tema,
322 desmonte das políticas); diferenciar o tipo de avaliação social feita pelo serviço social no
323 INSS das perícias feitas no judiciário, de que trata a nota do Cfess sobre perícias no
324 judiciário/resolução CNJ, no link <http://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/1702>;
325 reafirmar a defesa que seja realizada concessão automática de benefícios e desburocratização
326 do acesso e dialogar com os dados. Apontar as fontes de conferência pelos sistemas do Inss.
327 Número de indeferimento por não comparecimento. Número de processos com data de
328 entrada do requerimento - DER, anterior ao início da pandemia, de todos os processos (por
329 meio do sistema Sistema Único de Informações de Benefícios - SUIBE) e os de incapacidade
330 por meio dos Sistema de Administração de Benefícios SIBE/SABI. Pode ser acessado o
331 número de faltosos, de avaliação social e médica para o BPC e perícia médica geral no pré e
332 pós-pandemia. Evidenciar, desse modo, que o serviço presencial voltou a ocorrer e as pessoas
333 não comparecem por não ter informação. Que não seriam contempladas pelo atendimento em
334 meio digital. Cfess não foi parte representada. Apresentado ainda Parecer Jurídico nº 13/2020-
335 E. Aprovado. Realizado o debate do ponto de pauta foram aprovados os seguintes
336 encaminhamentos: Responder ao TCU e reafirmar agenda política do Cfess com o debate
337 dessa temática. Bem como a posição em relação a reabertura das agências. O ponto seguinte
338 abordado foi a demanda do Ministério Público Federal cujo marco inicial é o inquérito civil
339 instaurado pela Procuradoria do Distrito Federal para investigar Inss. O objeto é o desmonte
340 da política e a concessão de benefícios. Se preocupam com as dificuldades de acesso ao BPC
341 e de contatos com os Centros de Referência da Assistência Social - CRAS. Perpassa questão
342 que surge no contexto de “pente fino” nos benefícios por parte do governo Michel Temer,
343 quando usuárias/os com dificuldades de agendamento de Cadastro único tiveram ameaça de
344 cortes aos benefícios e buscaram seus direitos diante disso. Destacada a importância de
345 articulação das lutas com a Federação Nacional dos Sindicatos de trabalhadores da saúde,
346 trabalho, previdência e assistência social- Fenasps. E como caminho da resposta: apontar as
347 fontes de dados que o Ministério Público Federal poderá buscar; relatar o que é vivenciado no
348 cotidiano dos atendimentos do Inss e Cras apontando os gargalos de acesso; motivos de não
349 atendimentos; atualizar a análise referente aos de ataques ao Inss no atual governo e na
350 Pandemia, já que o documento anterior fazia análises sobre o governo Michel Temer;
351 sinalizar no final que temos ainda outros objetos de interesse nesse diálogo interinstitucional e
352 dados para fornecer. Encaminhamento: aprovada a proposta de resposta. A assessora Erika
353 Medeiros assinala ainda a necessidade de que o documento sobre pericias sociais seja inserido
354 na seção covid, encaminhar para a comunicação, posto que ainda não consta neste local do
355 site. Na sequência foi apresentado informe referente a Lei nº 13.935/2019 que versa sobre
356 inserção do Serviço Social e Psicologia na Educação Básica. O Cfess participará de debates
357 organizados pelo Conselho Regional de Minas Gerais – Mg no dia vinte de outubro de dois
358 mil e vinte, onde a conselheira Priscilla Cordeiro será a representante. E em live realizada
359 pelo Conselho Regional de Santa Catarina - Sc no dia vinte e um de outubro de dois mil e
360 vinte, no qual a conselheira Kênia Figueiredo será a representante. A conselheira Kênia
361 Figueiredo também está preparando um artigo de oito mil caracteres para o jornal do
362 Cress/SC com este tema. Informe ainda em relação ao Decreto Nº 10.502/2020 Que Institui A
363 Política Nacional De Educação Especial. O Cfess respondeu a dois e-mails sobre isso,

364 reafirmando posicionamentos sobre o tema e perspectiva de construção de posicionamentos
365 coletivos nos espaços de participação e controle social. O posicionamento é de que esse
366 decreto recoloca na cena política a velha perspectiva de segregação das pessoas com
367 deficiência na medida em que reforça a concepção de "pessoas especiais", o que contraria o
368 entendimento das pessoas com deficiência como sujeitos políticos, que gozam de direitos, e
369 que compartilham todos os espaços da vida social. Neste sentido foi publicada matéria “Cfess
370 defende a revogação do Decreto nº 10.502/2020!” no dia 14/10/2020. Link
371 <https://bit.ly/2T1avox>. Foi subscrita nota coletiva impulsionada pelo movimento das pessoas
372 com deficiência que foi para a imprensa no dia nove de outubro de dois mil e vinte.
373 Recomendação do Conselho Nacional de Saúde sobre o tema foi publicada e passou pelo
374 diálogo com Cfess que tem representação na Mesa Diretora. Os informes subsequentes foram
375 aglutinados no grande tema: representações nos espaços de participação e controle social.
376 Com relação ao Fórum de Conselhos Federais da Área da Saúde – Fcfas, a próxima reunião
377 ocorrerá no dia vinte e dois de outubro de dois mil e vinte, por vídeo conferência. A
378 conselheira Alessandra Dias representará o Cfess. Levaremos ao debate a posição do CFESS
379 sobre o decreto Nº 10.502/2020. Quanto ao Conselho Nacional de Assistência Social – Cnas a
380 próxima reunião será no dia vinte de outubro de dois mil e vinte, por vídeo conferência. A
381 conselheira Kelly Melatti representará o Cfess. Já a Plenária Nacional do Fórum Nacional de
382 Trabalhadores e trabalhadoras do Suas – FntSuas ocorreu dia dezenove de setembro de dois
383 mil e vinte e foi realizado informe no Pleno de Setembro. O Plano de Lutas foi atualizado,
384 respeitando o acúmulo histórico e atualizando as ações frente aos desafios atuais. E foram
385 eleitas a Coordenação Nacional e a Coordenação Executiva, estando o Cfess em ambas.
386 Representaram o Cfess as conselheiras Priscilla Cordeiro e Kelly Melatti e o conselheiro
387 Agnaldo Knevez. Posteriormente a eleição o Cfess participou das reuniões da Coordenação
388 Nacional – em catorze de outubro, através da/o conselheira/o Agnaldo Knevez e Priscilla
389 Cordeiro, e da Coordenação Executiva – dia cinco de outubro, por meio do conselheiro
390 Agnaldo Knevez. No dia catorze de outubro ocorreu roda de conversa com o Tema: "O
391 Programa Bolsa Família (PBF) sob risco de extinção e o Diálogo e Incidência política com
392 Congresso Nacional sobre Proposta de Renda Básica". Os/as convidados/as foram: Prof^a. Dra.
393 Aldaíza de Oliveira Sposati da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP) e
394 Dep. Federal Paulo Teixeira (Membro da Frente Parlamentar Mista de Renda Básica). A
395 análise trazida por Aldaíza Sposati foi de crítica a limites do Bolsa Família e defesa de
396 discussão sobre transferência de renda no sentido de sua ampliação e construção de caminhos
397 mais ousados, indo além do discurso do que é possível. Na sequência a coordenadora da
398 Comissão de Seguridade apresentou informes quanto a Campanha Renda Básica Que
399 Queremos. Após verificar que o nome e a logo do CFESS não constavam no site da
400 “Campanha Renda Básica que queremos” - <https://www.rendabasica.org.br/>, a solicitação foi
401 encaminhada por e-mail. O debate em torno da renda básica e as propostas de Renda Brasil
402 defendida por Paulo Guedes foi encaminhada pelo Movimento Democrático Brasileiro - Mdb
403 e seguem em debate. Existem tensionamentos em torno das fontes de recursos e da própria
404 compreensão sobre o escopo e o direito à renda básica. Coloca-se a perspectiva de uso de
405 recursos advindos de futura economia com funcionalismo público em decorrência da reforma
406 administrativa, ainda não aprovada. Estamos acompanhando os debates e atentas ao quadro
407 conjuntural, com destaque para as notícias de aumento da riqueza de milionários e de aumento
408 do número de pessoas em situação de insegurança alimentar. Dando continuidade apresentou
409 informe em relação ao Conselho Nacional de Direitos da Criança e do Adolescente – Conanda

410 - as reuniões do conselho e suas comissões seguem em meio remoto. O conselheiro Agnaldo
411 Knevitiz segue acompanhando esta pauta e representando Cfess. As discussões sobre o
412 próximo processo eleitoral foram iniciadas. E no Pleno de novembro traremos esta pauta com
413 vista a compreendermos o contexto e deliberarmos sobre a nossa participação. Em relação ao
414 Fórum Nacional de Reforma Urbana – FNUR – informou que as próximas reuniões serão dias
415 vinte e dois e vinte e nove de outubro. Ocorrerá também a Oficina preparatória para o
416 Encontro/Curso de gênero e raça no dia dezoito de novembro de dois mil e vinte. A
417 conselheira Mauricleia Soares representará o Cfess nas atividades. Está sendo constituído um
418 grupo de mulheres do FNUR, do qual fomos convidadas a compor. E está em processo de
419 elaboração o texto “Cidades, gênero e raça: a inflexão dos direitos provisórios”, com a
420 participação de Mauricleia Soares, Tânia Diniz e Mércia Alves (SOS Corpo/Pernambuco).
421 Dando continuidade relatou o contexto do Conselho Nacional de Saúde - CNS e Residências
422 em Saúde. A reunião entre Comissão Intersetorial de Recursos Humanos e Relações de
423 Trabalho do Conselho Nacional de Saúde Cirht/CNS, Conselho Nacional de Educação -
424 CNE, Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação em Saúde do Ministério da Saúde
425 Segtes/MS e Ministério da Educação - MEC para debater residência multiprofissional em
426 saúde ocorreu no final de setembro e o Cfess participou por meio da conselheira Elaine
427 Pelaez. A Segtes/MS reafirmou o projeto de centralização da pauta das residências
428 multiprofissionais em saúde na sua pasta, com justificativas administrativas. Foram colocadas
429 todas as dificuldades enfrentadas pelos Programas de Residência e pelos Residentes em Saúde
430 devido ao não funcionamento da Comissão Nacional de Residência Multiprofissional em
431 Saúde (CNRMS), além da preocupação com a proposta de transferência dessa Comissão para
432 o Ministério da Saúde A Cirht/CNS - Comissão Intersetorial de Recursos Humanos e
433 Relações de Trabalho do Conselho Nacional de Saúde vem pautando este debate e está
434 propondo uma série de ações políticas para enfrentamento da situação e tais propostas serão
435 encaminhadas para discussão e análise da Mesa Diretora do CNS, espaço que o Cfess também
436 compõe. Quanto a pauta mais geral do Conselho Nacional de Saúde -CNS informou que a
437 reunião extraordinária remota ocorrerá no dia vinte e três de outubro de dois mil e vinte.
438 Justificamos a ausência do Cfess e seremos substituídas pelo suplente Conselho Federal de
439 Odontologia - CFO, pois a data coincide com julgamento de recursos éticos do Cfess em que
440 a conselheira Elaine Pelaez compõe o quórum e se constitui relatora. Destaca-se que a reunião
441 ocorreria dia nove de outubro de dois mil e vinte, mas precisou ser adiada em virtude de
442 problemas técnicos relacionados ao servidor de e-mail, pois isto inviabilizou o recebimento da
443 convocação e dos documentos para apreciação dentro do prazo regimental. As reuniões da
444 Mesa Diretora têm sido realizadas nas sextas-feiras de manhã, com plena participação do
445 Cfess, por meio da conselheira Elaine Pelaez. No dia dezesseis de outubro de dois mil e vinte
446 a tarde ocorrerá reunião do CNS com os conselhos estaduais de saúde para acompanhar os
447 enfrentamentos e pensar propostas diante da Pandemia. A conselheira Elaine Pelaez
448 representou o Conselho Nacional de Saúde (CNS) como debatedora na atividade 4º Encontro
449 Virtual Ideia Sistema único de Saúde - Sus/Fundação Osvalfo Cruz - FioCRuz, mostra de
450 trabalhos sobre saúde do trabalhador com o tema ‘De frente com a pandemia: quem cuida da
451 saúde dos profissionais que salvam vidas?’, no dia catorze de outubro de dois mil e vinte. E
452 representará o Conselho Nacional de Saúde - CNS em duas atividades futuras: a) Debate “O
453 Controle Social do Suas e do SUS na pandemia e pós pandemia”, atividade pelos 16 anos do
454 Instituto EcoVida, dia dezanove de outubro de dois mil e vinte. Outros participantes: Marcia
455 Lopes e Aldenora Gonzales; b) “Encontro em defesa do SUS organizado pela Liga de Saúde

456 Coletiva da Universidade de São Paulo USP, no dia dezenove de outubro de dois mil e vinte.
457 Outros participantes: Maria Inês Bravo, Ligia Bahia, Drauzio Varela, Laura Fauerwerker, Rita
458 Barradas. Em relação ao Fórum Nacional de Entidades de Trabalhadores da Saúde – Fentas
459 informou que discussões das residências multiprofissionais em saúde, mencionada acima, e
460 das diretrizes curriculares de graduações de profissões de saúde foram as pautas da última
461 reunião ocorrida em 05 de outubro de 2020. A próxima reunião remota seria dia 19/10/2020 e
462 foi desmarcada, sem nova data até o momento. Já em relação a Frente Nacional Contra a
463 Privatização da Saúde - FNCPS– relatou que nos dias dezenove e vinte e seis de setembro de
464 dois mil e vinte ocorreram as oficinas organizativas da FNCPS. O Cfess contribuiu na
465 coordenação da mesa de conjuntura. Está disponível podcast com esta atividade. Os debates
466 apontaram para: a continuidade do fortalecimento dos fóruns regionais/estaduais/locais e o
467 Cfess vem buscando que os Cress fortaleçam esse processo; a necessidade de reaproximação e
468 intensificação de entidades como a Renila, Andes, Fenasps; realização de seminário nacional
469 remoto da FNCPS em novembro. O colegiado realiza reuniões remotas quinzenais. Por fim
470 realizou repasse das discussões sobre representações e inserção nas pautas e defesa das
471 políticas e do trabalho na Comissão de Seguridade Social: seguem previstas as seguintes
472 reuniões: sobre as pautas Educação (outubro); Residências em saúde (outubro ou novembro);
473 Direito à Cidade e à Terra (novembro); Saúde (novembro ou dezembro), conforme
474 encaminhamento do Pleno de setembro. Também apresentou dois convites realizados ao
475 Cfess com indicativo de participação da conselheira Priscila Cordeiro para representar o
476 Cfess: convite do Conselho Regional de Serviço Social de MG - CRESS 6ª Região por meio
477 da deputada estadual Beatriz Cerqueira, presidenta da comissão de educação da assembleia
478 legislativa de Minas Gerais, para participação do Cfess e Cress/Mg juntamente com
479 o Conselho Federal de Psicologia - CFP e o Conselho Regional de Psicologia - CRP/MG em
480 audiência pública que acontecerá no dia 20/10 (terça-feira), que irá tratar de um projeto de
481 lei para implementação da lei 13.935/19 no Estado de Minas Gerais. E
482 convite do Fórum Municipal de Trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social
483 FmtSuas de Minas Gerais, para participação do Cfess na live “ A renda básica que queremos:
484 subsídios para reflexão”, dia 28 de outubro e Seminário da Rede Unida. Aprovado. E convite
485 a representante do Cfess no Conselho Nacional de Saúde- CNS, para participar do 14º
486 Seminário da Rede Unida, na Távola “Trabalho em Saúde no SUS: a economia precariza o
487 trabalho e torna (in)seguro o cenário de práticas levando a adoecimentos(as) pela covid-19. A
488 Atividade será no dia 30/10 participantes Francisca Valda (Associação Brasileira de
489 enfermagem -Aben), Eduardo Bonfim (DIESAT) e mediação da CISTT. Aprovado. Em
490 seguida foi passada a palavra a conselheira Kelly Melatti coordenadora da Comissão de Ética
491 e Direitos Humanos – Cedh para apresentação dos pontos de pauta. A coordenadora iniciou
492 explicitando a necessidade de adiamento dos julgamentos previstos para vinte e três de
493 outubro de dois mil e vinte, a serem realizados excepcionalmente na modalidade online dos
494 Recursos 11/2014 de relatoria da conselheira Lylia Rojas e Recurso 01/2020 da conselheira
495 Elaine Pelaez, com indicativo de nova data para o dia dezoito de dezembro de dois mil e
496 vinte. Informou que devido ao fato de o assessor de Tecnologia da Informação – TI estar
497 ausente em decorrência de licença médica, retornando no último dia quatorze de outubro de
498 dois mil e vinte e o funcionário Wilson Oliveira de Carvalho Silva encontrar-se em período de
499 férias, não seria viável manter a data dos julgamentos dos recursos, sendo preciso reagendar
500 para um momento em que esses funcionários pudessem estar, os dois, disponíveis para o
501 acompanhamento dessa atividade. A nova data de julgamento para o dia dezoito de dezembro

502 foi aprovada. Sendo que as conselheiras/o convocadas/o convocadas/o para o julgamento
503 considerando o quorum regimental seriam as seguintes: manhã: Elizabeth Borges; Lylia
504 Rojas, Francieli Borsato, Emilly Tenório, Eunice Damasceno, Maria Rocha, Agnaldo
505 Knevez, Elaine Pelaez. E a tarde: Elizabeth Borges, Francieli Borsato, Emilly Tenório,
506 Eunice Damasceno, Maria Rocha, Agnaldo Knevez, Elaine Pelaez, Dácia Teles. Quorum
507 aprovado. Deliberado ainda como encaminhamentos: envio de ofício às partes comunicando
508 adiamento do julgamento do dia vinte e três de outubro para dezoito de dezembro de dois mil
509 e vinte. Enviar os nomes dos advogados para habilitar participação no julgamento. Quanto aos
510 julgamentos previstos para trinta de outubro de dois mil e vinte: Recurso 02/2020 (Relatora
511 Daniela Möller) e 03/2020 (Relatora Francieli Borsato), foi informado que seria possível sua
512 manutenção, considerando que ambos os funcionários já retornarão às suas atividades no
513 Cfess. Em seguida a coordenadora da comissão apresentou a estrutura do Seminário Nacional
514 das Comissões Permanentes de Ética - CPE'S, com data prevista para os dias quatro e cinco
515 de dezembro de dois mil e vinte. Foi avaliado que o I Seminário Nacional das CPE's foi
516 muito bem avaliado e que as oficinas foram importantes para trabalhar as dificuldades
517 decorrentes de toda a tramitação até o julgamento do processo/recurso ético. Deste modo, o
518 Seminário terá inicialmente uma mesa para tratar dos princípios éticos que regem os
519 instrumentos processuais a concepção de defesa da profissão. Em seguida, em cada turno,
520 trabalharemos em oficinas: sobre a fase pré-processual, fase processual e julgamento. O
521 detalhamento será enviado por email à todas, pois ainda está em construção na CEDH, em
522 especial porque em decorrência da pandemia existem ajustes a serem pensados para
523 compatibilizar a programação ao formato online. Também foi informada a necessidade de
524 participação das assessorias especiais e dos demais assessores jurídicos, para contribuir com
525 as oficinas simultâneas. Aprovada a proposta. Encaminhamento: aprovada a estrutura geral do
526 seminário, será encaminhada para todas as conselheiras/o a programação detalhada. Em
527 seguida o ponto de pauta foi a forma de multiplicação do curso Ética em movimento.
528 Inicialmente, havia sido autorizada a realização do curso em até 50% presencial, limitando o
529 número de pessoas por turma e alterando o calendário de multiplicação até fevereiro /2020.
530 Entretanto, considerando a tendência de permanência do cenário da pandemia, com
531 impossibilidade de atividades presenciais nos próximos meses a Cedh propõe redefinir a
532 forma de multiplicação do curso, excepcionalmente, para a sua realização na modalidade
533 online, mantendo o calendário da multiplicação. A proposta foi aprovada ficando autorizada,
534 excepcionalmente, a multiplicação do curso pelos Cress, em versão online. A decisão,
535 portanto, de como operacionalizar a multiplicação, sempre observando as medidas de
536 prevenção e saúde, seria dos regionais, mantido o calendário anteriormente proposto. Na
537 continuidade foi apresentado o panorama das Eleições do Conselho Nacional de Direitos
538 Humanos - Cndh – e proposto que o Cfess se inscreva e posteriormente informe que se
539 habilitará na condição de eleitor. A indicação é que a conselheira Mauricleia Soares se
540 habilite como representante do Cfess. Indicação aprovada. O ponto seguinte tratou do convite
541 do Cress/SP para participar em ato de desagravo público (desagravo 003/2019). A assessora
542 jurídica Sylvania Terra apresentou a pauta, os elementos que compõem o parecer aprovado no
543 regional. Encaminhamento: Agradecer e declinar do convite. A conselheira Kelly Mellati com
544 o apoio da assessora jurídica Sylvania Terra vai elaborar resposta ao Cress/SP. Como
545 encaminhamento foi sugerido ainda que o Pleno volte a discutir as diversas denominações
546 atribuídas ao serviço social. Por fim a comissão de Ética e Direitos Humanos informou que o
547 Cfess recebeu a citação da ação judicial do Processo nº 1006583-55.2020.4.01.3900, que

548 versa sobre questões relacionadas à processo ético de 2013. A assessora jurídica Sylvia Terra
549 apresentou os elementos que se referem ao mérito da questão e informou sua habilitação no
550 processo para oferecer a defesa necessária. Antes de encerrar a pauta do pleno, foi solicitada a
551 palavra para que fosse abordada a questão da denúncia relacionada ao jogador de futebol
552 “Robinho”, acusado de violência sexual. Após debate, o Pleno compreendeu que tal evento
553 reforça a importância da Campanha de Gestão aprovada na Plenária Nacional, onde será
554 apresentada discussão do machismo e do racismo presentes na sociedade que vivemos. Esta
555 Ata foi lavrada pela Conselheira Daniela Möller, segunda secretária.

Brasília, 18 de outubro de 2020.

Maria Elizabeth Borges
Presidente

Daniela Möller
2ª Secretária